ONARDO DUTRA VALE, CPF nº ***.970.132-**, ex-Prefeito do Município de Cachoeira do Piriá, no valor de R\$-121.875,00 (cento e vinte e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais);

2. Recomendar à SEDUC que tenha maior rigor quanto à fiscalização por parte de seus servidores quando da designação para fiscal de Convênio, inclusive com realização de cursos de aperfeiçoamento sobre a temática.

ACÓRDÃO Nº. 66.149

(Processo TC/018184/2023)

Assunto: RECURSO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Embargante: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Advogado: Dr. ARTEMIO MARCOS DAMASCENO FERREIRA - OAB/PA nº 849

Decisão Embargada: Resolução nº 19.550, de 10/10/2023

Relator: Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20, §1º da LC nº 81/2012)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 1º, inciso XX, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer e negar provimento aos Embargos de Declaração opostos, mantendo inalterada a decisão consubstanciada na Resolução nº 19.550, de 10/10/2023, cujo cumprimento deverá ser comprovado perante este Tribunal, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência desta decisão.

ACÓRDÃO Nº. 66.150

(Processo TC/005237/2022)

Assunto: Representação formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em face da Secretaria de Estado de Educação e do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, tendo por objeto a apuração de eventual utilização indevida de recursos destinados a compor o gasto mínimo com a educação para pagamento de servidores que estão aguardando aposentadoria ou cedidos à outros Órgãos e Entidades da Administração Pública.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (Art. 191, § 3º do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento no art. 1º, incisos XVII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012: I - Conhecer e julgar parcialmente procedente a representação formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ; II - Determinar à Secretaria de Estado de Educação que, disponibilize, em seu sítio eletrônico, informações atualizadas acerca do funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, nos termos em que disposto no art. 34, §11, da Lei nº 14.113/2020 e art. 10 do Decreto nº 1.555/2021.

ACÓRDÃO Nº. 66.151

(Processo TC/017268/2022)

Assunto: Representação formulada pela empresa INTERBRASIL COMERCIAL LTDA., em face do Pregão Eletrônico nº 12/2022, realizado pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará.

Advogada: YASMIN PÍPOLOS MELO DA COSTA - OAB/PA nº 26.582

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA

Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (§ 3º do art. 191 do RTCE/PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da relatora, com fundamento no art. 1º, inc. XVII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012;

1) Conhecer e julgar procedente a Representação;
2) Determinar à FASEPA que providencie à anulação da decisão administrativa que desclassificou a empresa Interbrasil Comercial Ltda do Pregão Eletrônico nº 12/2022, bem como os demais atos subsequentes, inclusive do contrato firmado, de modo que a retomada do processo licitatório ocorra no momento imediatamente anterior ao referido ato, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 15 dias, as comprovações quanto às providências determinadas, sob pena das responsabilidades cabíveis.

ACÓRDÃO Nº. 66.152

(Processo TC/524116/2019)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SETER (SEASTER)

n.º 034/2012 e Termos Aditivos.

Responsável/Interessado: RAIMUNDO NONATO BRITO e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARÁ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "b" e "d", c/c os arts. 62 e nos arts. 82 e 83, incisos VIII, XI, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. RAIMUNDO NONATO BRITO (CPF: 307.552.712-20) e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARÁ (CNPJ: 15.339.575/0001-00), à devolução aos cofres públicos estaduais a quantia de R\$ 275.647,83 (duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos) devidamente atualizada a partir de 17.05.2023 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar ao Sr. RAIMUNDO NONATO BRITO as multas de R\$ 27.564,78 (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos), pelo dano causado ao erário, e de R\$ 1.224,55 (mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), pelo descumprimento de prazo na remessa da prestação de contas;

3) Aplicar ao Sr. RODIVAN DOS SANTOS NOGUEIRA (CPF: 132.691.002-72), Secretário de Estado da SETER à época do fim da vigência do convênio, multa de R\$ 1.224,55 (mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), pelo não encaminhamento da prestação de contas a este TCE e ausência de instauração de Tomada de Contas Especial; e

4) Determinar, após o trânsito em julgado, o encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual para adoção das medidas legais cabíveis.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento da multa o disposto na Lei Estadual nº

7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e da cominação de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 66.153

(Processo TC/017385/2022)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio -SESPA n. 23/2018. Responsável/Interessado: Sr. ANTÔNIO LEOCADIO DOS SANTOS e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizador da Decisão: Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20, § 1º da LC nº 81/2012) e (Art. 191, §3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. ANTÔNIO LEOCADIO DOS SANTOS, Prefeito à época do Município de São Miguel do Guamã, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dando-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO Nº. 66.154

(Processo TC/009147/2022)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio -FAPESPA n. 005/2019 e Termos Aditivos.

Responsáveis/Interessado: Srs. MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO/ FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA e UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (Art.191, § 3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos Termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60 e no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "e", c/c os arts. 62, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar regular as contas de responsabilidade do Sr. MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO, Reitor à época da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, dando-lhe plena quitação;

2) Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA, Reitor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, CPF nº 376.392.262-87, à devolução aos cofres públicos do Estado o valor de R\$10.500 (dez mil e quinhentos reais), devidamente atualizado monetariamente a partir de 30.10.2021 e acrescido de juros de mora até a data de seu efetivo recolhimento, deverá ser recolhido, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da imputação de débito, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 66.155

(Processo TC/ 018061/2022)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SEDUC n. 0086/2019. Responsável/Interessado: Sr. LUIZ GUILHERME PAULINO AMARAL e ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ÁRBITROS DO DESPORTO EDUCACIONAL,

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (Art.191, § 3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1. Julgar Regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. LUIZ GUILHERME PAULINO AMARAL, Ex-Presidente da Associação Nacional de Árbitros do Desporto Educacional, CPF nº ***782.438**, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

2. Recomendar à SEDUC que, na celebração de Termos de Parceria, realize chamamento público ou apresente justificativa nos casos de dispensa e inexigibilidade.

ACÓRDÃO Nº. 66.156

(Processo TC/012165/2022)

Assunto: Representação intentada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará, tendo como objeto a dispensa de licitação nº 02/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Advogado: LEANDRO BARBALHO CONDE - OAB/PA Nº 12.455

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (§3º do art. 3º do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 1º, Inciso XVII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer e julgar parcialmente procedente a Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará, determinando sua juntada às contas da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA do exercício de 2020.

ACÓRDÃO Nº. 66.157

(Processo TC/010894/2022)

Assunto: Representação, cumulada com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., referente ao Pregão Eletrônico nº 048/2022, realizado pela Polícia Científica do Pará.

Advogada: RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO - OAB/SP nº 442.216

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizador da Decisão: Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20, § 1º, da LC nº 81/2012 e § 3º do Art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 104, inciso II, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil, extinguir o processo, sem